

Ter medo da liberdade. Impotência, dependência, isolamento¹

Claudine Haroche²

Resumo: Em que a liberdade provocaria tanto medo, já que ela não cessou de constituir uma aspiração crucial dos regimes democráticos e está no coração de seus ideais? Por quais razões a liberdade suscitaria o pavor? Neste texto, dedicamo-nos a elucidar as causas e os efeitos deste medo da liberdade nas sociedades contemporâneas – a impotência, a dependência, o isolamento e efeitos decorrentes: a comunitarização.

Palavras-chave: Liberdade; Medo; Impotência; Dependência; Comunitarização.

FEAR OF FREEDOM. IMPOTENCE, DEPENDENCE, ISOLATION

Abstract: Why would freedom provoke so much fear, since it has never ceased to be a crucial aspiration of democratic regimes and is at the heart of their ideals? For what reasons would freedom arouse fear? In this text, we will dedicate ourselves to elucidating the causes and effects of this fear of freedom in contemporary societies – impotence, dependence, isolation and their resulting effects: communitarization.

Keywords: Liberty; Fear; Impotence, Dependence, Isolation; Communitarization.

Ao final dos anos 1930, Fromm se interessa, assim como muitos de seus contemporâneos, pelos problemas da interação entre os fatores psicológicos e sociológicos, pela estrutura de caráter do homem moderno e a maneira pela qual este caráter poderia depender de sistemas políticos: a conformidade e a submissão que eles impõem e a falta de reflexão e pensamento a que induzem, a apatia e a violência que provocam. Fromm compartilha as preocupações e as questões de pensadores alemães refugiados nos Estados Unidos, sua maneira de pensar e trabalhar para elucidar estas questões frequentemente próximas. As de Reich, que, desde 1933, se dedica à *Psicologia de massa do fascismo*, de Horkheimer, que estuda as relações entre a família e o Estado, de Adorno, autor de *A personalidade autoritária*, que será publicado mais tarde, fazem igualmente eco a Arendt que, em *As origens do totalitarismo*, ao mesmo tempo em que consagra páginas notáveis à personalidade e ao comportamento totalitários, se mostrará com frequência reticente em reconhecer um lugar por demais importante para a

¹ Originalmente publicado em *Sciences Sociales et Psycanalyse – Politiques de la destructivité*, sob a direção de F. Bafoil e P. Zawaadzki, 2024. Tradução de Maria das Graças de Souza.

² Doutora em Sociologia (Paris VII, 1978) e diretora de pesquisa no CNRS, vinculada ao Centro de Estudos de pesquisas transdisciplinares em Sociologia, Antropologia e História (CETSAH) recentemente intitulado Centro Edgard Morin, ao Instituto interdisciplinares de Antropologia contemporânea (IIAC) à Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) e membro associado do Laboratório da mudança social (Paris VIII). E-mail clharoche@aol.com.

dimensão psicológica³. Levando em conta o contexto histórico no qual eles escrevem, estes autores não hesitam, contudo, em voltar à história na longa duração. E talvez seja o que eles entendem ou afastam sob o termo de psicologia ou, mais ainda, de psicanálise, que os diferencia uns dos outros.

É em 1941 que Fromm publica *Escape from freedom*⁴. O título é enigmático, se pensarmos na democracia, seus valores e ideais, os direitos que ele entende promulgar e garantir, enquanto a ausência de liberdade é indissociável dos regimes autoritários. Em que a liberdade provocaria tanto medo, já que ela não cessou de constituir uma aspiração crucial dos regimes democráticos, já que ela está no coração de seus ideais? Por quais razões ela suscitaria o pavor? A obra de Fromm faz parte dos livros destes pensadores que testemunham uma envergadura considerável pela maneira com que expõem e explicam em termos luminosos e sínteses impressionantes os seus propósitos⁵. Fromm ainda acrescenta a capacidade de se explicar a respeito das razões pelas quais ele se concentra na liberdade e seus efeitos, mais do que sobre a questão do caráter, explicitando o que buscou salientar e mostrar naquilo que concerne à liberdade⁶.

Percebendo o trágico da época, Fromm, que também trabalhava antes da Segunda Guerra Mundial sobre a elucidação da estrutura de “caráter” do homem moderno, decide – manifestando aí uma intuição surpreendente – de centrar-se sobre o medo que os homens sentem diante da liberdade:

Decidi, ele confessa assim em seu Preâmbulo, em vista dos desenvolvimentos políticos atuais e dos perigos que eles representam para a cultura moderna, interromper este trabalho de grande fôlego a fim de me concentrar em um aspecto da crise cultural e social de hoje: o sentido da liberdade para o homem moderno. (Fromm, 2010, p. 9).

Fromm vai se dedicar a uma questão raramente abordada sob este ângulo: a aspiração, a reivindicação de liberdade da parte do indivíduo que quer evitar a própria ideia de dominação exercida sobre ele, suscetível de chegar a uma sujeição, leva ao mesmo tempo este indivíduo a experimentar o medo, a angústia. Como explicar este medo? Esta liberdade pode ser acompanhada de um declínio, mesmo da ausência de proteção que era assegurada pela família, a tribo, a comunidade, religiosa em particular⁷.

Na modernidade, com a Reforma, apareceu um conceito inédito de liberdade nas novas doutrinas religiosas. Fromm observa assim que, quando ele se vê liberado das autoridades tradicionais, o homem moderno vai perder pouco a pouco os raros benefícios

³ Na mesma época, sob ângulos diferentes, o autor americano John Dewey publica, em 1939, *Freedom and culture*, Nova York, Henry Holt and co.

⁴ *La peur de la liberté*. Traduction de Mayol et Lucie Erhardt. Lyon, Parangon, 2010.

⁵ Não se poderia deixar de aproximar estas obras daquelas de Ernst Cassirer, *La philosophie des formes symboliques* (1923), *Individu et cosmos* (1927), *Le mythe de l'État* (1946), obras que, atravessando as fronteiras disciplinares, mesclam as abordagens, retornam aos fundamentos: livros visionários, que dão testemunho de uma notável amplitude de conhecimentos, revelam uma grande audácia intelectual.

⁶ A liberdade não significa a mesma coisa para todo indivíduo: ela deve, com efeito, ser entendida em suas múltiplas acepções.

⁷ Trata-se, aqui, de questões sobre as quais Freud havia se debruçado, em particular em *Mal estar na cultura* (1930). Laurence Kahn recentemente sublinhou, a propósito de certos escritos freudianos considerados como antropológicos, que Freud os havia abordado sob o ângulo de formas de dependência do eu em uma perspectiva de antropologia psicanalítica. Estas formas de dependência revelam a necessidade de ser protegido devido uma vulnerabilidade original. Ver Laurence Kahn, *Fictions et vérités freudiennes*. Entretiens avc M. Einaudeau (2004), Paris, Belles Lettres, 2018.

da proteção, experimentando ao mesmo tempo a independência e a impotência. É numa perspectiva psicológica, social e política que Fromm aborda a questão da autoridade do Estado, que será acompanhado de uma autoridade interior, a da consciência, fazendo então o relato da emergência de uma primeira forma de sujeito com a Reforma. Com efeito, ele vai sublinhar que sua independência crescente carrega consigo formas de dependência mais indiretas, menos visíveis nascida, entre outras, de um “isolamento cada vez maior”, isolamento que provocará sentimentos de insignificância individual e de ansiedade.

Fromm passa então a se dedicar aos lentos processos de emancipação que desde o século XVI acabarão por chegar, no século XIX, nas sociedades de massa, depois nas sociedades individualistas, na tomada de consciência de diferentes formas de isolamento, e do sentimento de impotência individual. Disto concluirá então que “esta impotência favorece tanto [...] o caráter autoritário quanto uma atividade compulsiva que transforma o indivíduo isolado em um autômato que perde seu Eu” (Fromm, 2010, p. 228). Fromm deixa assim entender que a compulsão seria suscetível de conduzir a colocar em causa a existência do Eu.

A inquietude, o medo, a ansiedade, a angústia são estados, sentimentos que podem nascer ou pelo menos se acentuar com a liberdade, a independência indissociável de uma parte de incerteza. Eles encorajam certas formas de vínculos e ao mesmo tempo de permissividade induzida pelo fato de estar em grupo, de submissão ao grupo vivido como protetor suscetível de provocar “desejo de conformidade” e “atividade compulsiva”, crendo, assim, poder ignorar as formas de dependência do Eu (Freud, 1997). Fromm observará, enfim, “que na nossa época, esta última foi substituída pela autoridade anônima do senso comum e da opinião pública, como instrumentos de submissão” (Fromm, 2010, p. 239). Estes produzirão efeitos psicológicos e sociais maiores, afetando em profundidade a questão da subjetividade, do sujeito, e mais tarde, da personalidade, do caráter e enfim da identidade. Estes são certos aspectos psicológicos e sociais dos fenômenos de massa no século XIX que Fromm leva assim em conta. Ele resume então seu propósito nestes termos:

O homem moderno, liberado dos laços da sociedade tradicional que ao mesmo tempo lhe davam segurança e o limitavam, *não conquistou sua independência no sentido positivo da realização de seu indivíduo*, ou seja, da expansão de suas faculdades intelectuais, físicas e sensíveis [...]. A liberdade, que o dotou de autonomia e de razão, o afetou igualmente com um sentimento de isolamento que criou nele um sentimento de insegurança e de impotência ... de dúvida e de incerteza (Fromm, 2010, p. 239)⁸.

A autonomia não poderia necessariamente implicar na razão. São sentimentos que incitarão Fromm a estudar *o medo da liberdade*, formulando então uma interrogação crucial: ao lado de uma aspiração inata à liberdade, não existe também uma necessidade de proteção que pode se traduzir pela submissão?

⁸ Ver também Hannah Arendt, *Les origines du totalitarisme*, em particular o tomo II consagrado ao imperialismo.

Dar continuidade a Freud, mais do que opor-se a ele?

Gostaríamos de mostrar aqui que Fromm, que assinalou as diferenças que o opunham a Freud, vai igualmente, de certo modo, prolongar as suas interrogações. Ele tende a apreender, a concretizar as questões sociais e políticas subjacentes, mas quase nunca abordadas enquanto tais por Freud, que será, contudo, levado a levar em conta o contexto histórico nos modos de conceitualização, em particular no caso da pulsão de morte.

Articulando o psicológico e o social, pode-se dizer que Fromm, considerando certas revoluções, prolonga certas análises conceituais de Freud. Ele chega então a questões cruciais às quais não cessamos de ser confrontados hoje em dia, de uma maneira repetida e às vezes ameaçadora, questões ligadas, após o final do século XIX, à religião, até mesmo ao fanatismo religioso, ao nacionalismo e ao imperialismo. Fromm, com efeito, assinala que “do mesmo modo que toda tradição ou toda crença [...] se apenas conectam os indivíduos entre si, são refúgios contra aquilo que o homem mais teme: o isolamento” (Fromm, 2010, p. 26)⁹.

Fromm se debruça então sobre estas formas de submissão que se situam tanto no exterior quanto emanam do interior. Assinala assim a existência “de uma submissão a autoridades interiorizadas, como o dever ou a consciência, a constrangimentos ou autoridades anônimas, como a opinião pública”. A questão de saber se a consciência implica na razão permanece aberta. Existiria uma satisfação implícita, invisível – de qual natureza – em se submeter, e qual seria a sua origem? A submissão permitiria o afastamento do medo, da angústia? Ela seria uma resposta à necessidade de proteção? Responderia ao medo do isolamento?

O fato de crer (a crença), ou o fato de ser capaz de justificar racionalmente a submissão à autoridade, qualquer que seja sua natureza (da razão) permitiriam satisfazer a necessidade de proteção? Responder ao medo do isolamento?

Fromm não estaria apenas nomeando de outro modo, recorrendo a outros termos, ou, para além disto, a uma elaboração conceitual inédita? O que se deve entender aqui por razão, a não ser o recurso à capacidade de inscrever um pensamento, uma argumentação, na liberdade e na duração, contra a pulsão? Fromm vai então tornar mais preciso um certo número de mecanismos ligados aos *refúgios* que ele evocava acima, qualificando-os de mecanismos de fuga em relação à liberdade, a fim de se proteger e se defender. Primeiramente, ele vê nestes mecanismos o fato de “abandonar “a independência de seu próprio Eu e de fusioná-lo com alguém ou alguma coisa exterior a si para adquirir a força que falta ao Eu individual”. (Fromm, 2010, p. 138)¹⁰. De certo modo, tratar-se-ia aqui de reencontrar a proteção de laços primários, quer seja da família, do clã, da tribo, quer seja, para além do grupo, da corporação. Com efeito, Fromm assinala que “esta potência pode ser uma pessoa, uma instituição, Deus, a nação, a consciência ou uma compulsão psíquica” (Fromm, 2010, p. 150). Ele discerne então as consequências de “abandonar seu próprio Eu”, o que conduz a perder “sua integridade enquanto indivíduo, e a abandonar sua liberdade; mas ganha-se uma nova segurança e um novo orgulho ao participar do poder no qual se foi imerso” (Fromm, 2010, p. 150). Fromm sublinha que

⁹ O isolamento supõe a ausência de contato, mais ainda do vínculo, trazendo a indiferença e a frieza, à qual Adorno se dedicará, em particular em “Educar depois de Auschwitz”, in *Modèles Critiques*, Paris, Payot, 2003.

¹⁰ Fromm não encontraria aqui a filosofia e psicologia das quais Freud havia partido para em seguida afastar-se delas? Ver Maria Gyemant, *Husserl e Freud, uma herança comum*, Paris, Classiques Garnier, 2021.

este tipo de autoridade, que pode ser chamado de autoridade externa, pode ser também aparecer como uma autoridade interna sob o nome de dever, de consciência, ou, retomando o termo de Freud, de Superego. Manifestando uma amplidão de visão que lembra a de Weber, Fromm resume então o conjunto de seu propósito nos seguintes termos: “as novas doutrinas religiosas (a Reforma) constituíam uma resposta a necessidades psíquicas criadas pelo rebaixamento do sistema medieval pelas premissas do capitalismo”. (Fromm, 2010, p. 103)¹¹. Observa então, numa passagem visionária, que “novos inimigos, de natureza diferente, apareceram; inimigos que não são controles essencialmente externos, mas fatores internos que impedem a realização da liberdade da personalidade” (Fromm, 2010, p. 104.) Acrescenta que “porque fomos liberados das mais antigas formas manifestas da autoridade, não vemos que nos tornamos a presa de um novo gênero de autoridade”, especificando que se trata aqui “da expansão do fascismo e do populismo [ligados] à insignificância e à impotência do indivíduo”. (Fromm, 2010, p. 176). Retomando as preocupações de Benjamin nos anos 1930, Fromm chega então à constatação de que “tornamo-nos autômatos que vivem na ilusão de que somos indivíduos que têm uma vontade própria” (Fromm, 2010, p. 176).

Ele salienta o papel destes mecanismos de fuga ressaltando que

O indivíduo ultrapassa o sentimento de insignificância que experimenta em comparação com a esmagadora potência do mundo exterior, seja renunciando à sua integridade individual, seja destruindo os outros limites de modo que o mundo deixe de ser ameaçador (Fromm, 2010, p. 176)

Fromm discerne um outro mecanismo de fuga relativo à “amplificação psicológica do Eu até que o mundo exterior se torne pequeno em comparação” (Fromm, 2010, p. 176). Elucida com uma clareza surpreendente um conjunto de questões às quais Freud também havia se dedicado: “abordamos aqui um dos problemas fundamentais da psicologia, que podem ser explicitados por uma série de questões. O que é o Eu?” E prossegue assim: “tentaremos mostrar como os sentimentos e os pensamentos podem ser induzidos pelo exterior, mesmo sendo experimentados de maneira subjetiva como seus” (Fromm, 2010, p. 177). Em outras palavras, ele se interroga como o fizeram hoje em dia um certo número de pensadores – filósofos, psicanalistas, psicólogos, sociólogos, antropólogos – sobre os modos de subjetivação e de interiorização contemporâneos¹². E conclui que “se o indivíduo está isolado e submerso pela dúvida ou pelo sentimento de solidão e de impotência, então ele é levado para a destrutividade e tem um forte desejo de poder ou de submissão” (Fromm, 2010, p. 253).

Para terminar, Fromm lembra que “o desenvolvimento do pensamento moderno, do protestantismo até à filosofia de Kant, pode ser caracterizado como a substituição da autoridade interiorizada pela autoridade externa”. (Fromm. 2010, p. 160)

Um grande número de psicanalistas criticou Fromm por ele ter ignorado o caráter crucial dos conceitos freudianos, sua dimensão estrutural e universalista, ele que considera que “se bem que exista natureza humana fixa, não podemos considerá-la como sendo infinitamente maleável e capaz de adaptar-se a não importa qual gênero de

¹¹ Ver também Weber, Max, *L'esprit du capitalisme et l'éthique du protestantisme* (1904, 1906), Paris, Plon, 1964.

¹² Penso aqui nos trabalhos de Georges Devereux, Georges Balandier, Zygmunt Bauman, Bernard Stiegler e, enfim, de Laurence Kahn.

condições” (Fromm, 2010, p. 21). A natureza humana, embora seja afetada pela evolução histórica, comporta certos mecanismos e certas estruturas. Há limites para esta adaptabilidade? De que natureza são estes limites? Ética? Biológica? Trata-se aqui de uma questão apaixonante e necessária que não cessou de ser posta desde o século XIX e que se põe de novo no presente de modo insistente, com a aceleração contínua das mudanças nas sociedades contemporâneas e a limitação que estas mudanças induzem.

O processo em andamento nos modos de separação entre espaço exterior e interior ao Eu, assim como os modos de aproximação e de distanciamento entre indivíduos, foram objeto de reflexões profundas da parte de antropólogos, sociólogos e juristas¹³.

A pulsão, uma força obscura contra a cultura

É interessante e necessário lembrar que Freud – preocupado com a impotência do indivíduo e sensível aos modos de dependência do eu, em 1894 havia intitulado um dos seus primeiros textos como *Esboço de uma psicologia científica*, e voltar aos escritos de psicologia aos quais Freud havia se referido, mesmo se em seguida ele tenha se distanciado deles¹⁴.

Assim, em 1915, Freud havia consagrado um texto maior a uma força que ele inscreve no interior do indivíduo. Uma força que, por definição, nos escapa, nos ultrapassa, nos leva, uma força que emana do mais profundo do indivíduo: a *pulsão*, na qual ele via uma excitação irreprimível, a ilustração de uma ausência de mediação possível no mais profundo do indivíduo. (Freud, 2018) Freud assinalava em seu texto que é do mundo interior, “do interior do organismo mesmo”, e não do mundo exterior, que provinha a excitação pulsional. Esta ignoraria a necessidade de proteção, ligada à religião ou à razão. A satisfação trazida pela pulsão evitaria o exercício da razão.

A natureza da pulsão nos aparece, pois, num primeiro tempo, por meio de suas principais características: “as fontes das excitações provêm do interior do organismo, a pulsão se apresenta como uma força constante, da qual tiramos um dos seus outros traços típicos, a impossibilidade de vencê-la livrando-se a operações de fuga” (Freud, 2018, p. 63) Em que consistiriam estas operações de fuga? Não tanto no retiro interior quanto na busca de um pertencimento fusional com um clã. Devemos então nos perguntar se o retiro interior é ainda possível. A questão se põe agora de modo intenso e contínuo. As tecnologias se tornaram particularmente intrusivas para a psique. Freud havia mostrado, com *O mal estar da cultura*, preocupações muito próximas. “Além das tarefas da *restrição pulsional*, para as quais somos preparados, impõe-se a nós um perigo de um estado que pode ser chamado de “miséria psicológica de massa”. Trata-se aqui de uma condição que, ignorando a identidade e a singularidade de todo indivíduo, tende a homogeneizar os indivíduos onde a “ligação social se instaura principalmente por identificação dos participantes entre si...”, abrindo o caminho para a questão identitária – do identitarismo – no contemporâneo. (Freud, 2010, p. 38)

¹³ Ver em particular Donald W. Winnicott, *Jeu et réalité*, Paris, Gallimard, Folio, 2002; Norbert Elias, *La société des individus*, Paris, Fayard, 1991 e Géraldine Aidan, *La vie psychique, objet du droit*, Paris, CNRS, 2022.

¹⁴ Aqui não podemos deixar de nos referir aos escritos de Lipps tais como são mencionados na correspondência de Freud com Pfizer ou ainda com Jones.

O distanciamento brutal do outro, ou a adesão total ao outro, a fusão, a indiferenciação poderiam produzir efeitos similares, respostas violentas, radicais, capazes de suscitar, de uma parte, o recuo identitário, de outro, a exclusão, a rejeição. A identidade que se afirma por meio do grupo, do clã e com frequência da religião, dando ao indivíduo um sentimento de segurança, poderia assim levar a encontrar um refúgio numa forma de clanismo que pode tornar-se violento: o identitário que substituirá progressivamente a identidade incitam a se reconhecer e a reconhecer os outros, por meio do pertencimento a um clã, a uma comunidade social ou religiosa, e a reconhecer aí similares mais do que semelhantes numa concepção universalista.

Os modos de separação não são mais os mesmos dos modos de percepção induzidos pela continuidade das tecnologias digitais que nos envolvem e nos habitam: estas aproximam, anulam a distância e ao mesmo tempo podem instaurar uma distância abissal do mesmo modo que podem confundir o espaço do interior com o exterior do indivíduo¹⁵. O caráter singular de cada indivíduo não é mais reconhecido: ele se deve ser conforme, idêntico aos outros. Ora, esta *miséria psicológica da massa*, presente nos laços com a condição dos indivíduos isolados.

Lembremos que Freud assinala que a palavra “cultura” designa a soma total das realizações e dispositivos [...] que servem a dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação das relações dos homens entre si. (Freud, 2010, p. 38). Há uma aproximação a ser feita à letra e ao espírito entre a proteção e a regulamentação. E Freud prossegue:

Como últimos traços característicos de uma cultura temos de apreciar de que maneira são reguladas as relações dos homens entre si, as relações sociais que concernem o homem como vizinho, como ajuda, como objeto sexual de um outro, como membro de uma família, de um Estado” (Freud, 2010, p. 38)

Freud insiste no caráter crucial de tal ajuda: na sua ausência, “estas relações seriam submetidas ao arbitrário do indivíduo, ou seja, o mais forte fisicamente decidirá no sentido de seus interesses e moções pulsionais” (Freud, 2010, p. 38). Ele sublinha o vínculo entre força e pulsão. Trata-se aí de regulamentar as relações entre fortes e fracos. Com efeito, ele afirma que “a vida em comum dos homens não se torna possível a não ser que se encontre reunida uma maioria [...] mais forte do que cada indivíduo”. Ele sublinha que “a potência desta comunidade agora se opõe enquanto ‘direito’ à potência do indivíduo condenado enquanto ‘violência bruta’. Ele vê nesta “substituição da potência do indivíduo pela potência da comunidade o passo cultural decisivo [...]. A exigência seguinte é então a da justiça” (Freud, 2010, p. 38). Assinala que o exercício do Direito é o único que poderia regular ou pelo menos sancionar as pulsões.

Freud parece aqui ignorar a violência grupal que, contudo, ele abordou longamente. Ora, esta violência se vê doravante multiplicada pelas redes sociais – sua inapreensibilidade – a competição física, mais ainda a competição psíquica, entre os indivíduos aí é ilimitada. Bergson e mais ainda Benjamin discernirão a origem de uma violência incontável – nas transformações técnicas, depois tecnológicas, ou Weber e

¹⁵ Ver Claudine Haroche, Rita Paiva e Mauro Rovai, *A condição vulnerável, A perda do sentimento de existir*, São Paulo, Editora UNIFESP, 2023. Myriam Bahia Lopes me fez observar que Paul Virilio assinala o processo de confusão espacial e temporal capaz de provocar um fenômeno de uma grande violência, conduzindo ao fato de que todos os indivíduos experimentarão a mesma coisa ao mesmo tempo, um fenômeno que ele designa como “sincronicidade emocional massiva”. (Comunicação pessoal).

mais tarde Hannah Arendt ou Canetti nas transformações que as sociedades conhecem, de uma parte com o advento das massas, e com a importância das comunidades em certas formas de nacionalismo preludiando assim a segregação e a estigmatização dos estrangeiros, chegando ao recuo identitário, e, muito mais tarde, ao que doravante se chama comunitarismo.

Não somos hoje em dia confrontados com uma situação análoga em certos aspectos? Certamente experimentamos o medo do exterior intensificado pela aceleração e a ilimitação que induzem a percepção de uma mudança permanente, o medo do outro, do estrangeiro, do diferente – pois este exterior põe em risco fronteiras tanto psicológicas quanto espaciais, temporais, territoriais, mas também psíquicas – reforçadas em particular pelas tecnologias digitais.

Comunidades e sociedades: a pulsão e a lei

Voltamos às questões fundamentais para abordar as mais candentes hoje em dia. Por que a destrutividade persiste? Será que ela aumentou? O furor da destrutividade nasceria do medo?¹⁶

Contrariamente aos pensadores que têm tendência a considerar certos textos como antropológicos (e nisto menos interessantes para a abordagem psicanalítica), Laurence Kahn dedicou-se àqueles que, ao que parece, permitem ir para além de Freud nos comentários que oferecem. (Kahn, 2018) Esclarecendo seu pensamento sobre certos pontos, Kahn o prolonga sobre questões contemporâneas que apareceram bem depois dele. Observando assim que Freud reflete muito longamente sobre “sistemas de limitação pulsional que são a base da cultura” (Kahn, 2018, p. 163), ela reescreve as teorias freudianas no contexto contemporâneo fazendo bem justamente perceber que “Freud não procura a origem da barbárie [...] nas transformações históricas das sociedades”, pois “a grande ideia de Freud é que a origem está ligada a uma organização primária do indivíduo” (Kahn, 2018, p. 181). Trata-se de uma abordagem fundamentalmente antropológica, que leva em conta constantes psíquicas tais como a angústia, o medo da separação, do abandono. Envolvendo a consideração do outro, ela lembra “a destrutividade em ação em todo indivíduo. Em todo grupo e entre grupos (Kahn, 2018, p. 181)¹⁷. A cultura não poderia garantir – apenas pela renúncia pulsional – a proteção contra a franqueza, a vulnerabilidade, contra a ameaça de destruição.

O problema, escreve Kahn, é o de “saber aquilo que, dentro de cada indivíduo, qualquer que seja o que chamamos de progresso da civilização, impulsiona muito regularmente de novo para o ódio absoluto de outro, como inimigo, como diferente, como estrangeiro para si”. (Kahn, 2018, p. 181) Trata-se do ódio ou, antes de tudo, de medo do outro que – experimentado como uma ameaça – levaria ao ódio? A psicanálise discerne aqui uma ameaça de barbárie e adverte: “se recalamos pura e simplesmente esta barbárie, os retornos não serão mais devastadores, quer os chamemos de recalque ou renúncia”. Deste modo, ele assinala o papel crucial dos “compromissos” que permitem

¹⁶ Putin não é uma ilustração impressionante do medo da impotência, do medo obsessivo da destruição de si por um outro capaz de dominá-lo?

¹⁷ Ver Max Weber, *Économie et société*. Tomo I, « Les relations communautaires interethniques », Paris, Plon/Agora. 1995.

viver com esta barbárie, reconhecê-la, apreendê-la, e levá-la em conta, incitando ao domínio de si, à contenção em relação ao outro” (Kahn, 2018, p. 182)

Disto ela conclui que são necessárias, “primeiramente, proteções, depois, sistemas de limitação, em seguida, sistemas de derivação”. Trata-se de formular de uma outra maneira a necessidade das instituições, limite do jurídico? “Todas as sociedades ela observa ainda, procedem de um sistema, de um dispositivo que se situa na articulação, no cruzamento entre o horror e a renúncia, o horror do desencadeamento pulsional e a renúncia enquadrada pela lei” (Kahn, 2018, p. 184). Assim, Kahn lembra que Freud viu “uma hostilidade primária que nunca se desmente no devir da humanidade. Ela sublinha então que Freud a percebeu nele, do mesmo modo que naqueles que estão no fronte: “o assassino está lá, no homem civilizado” (Kahn, 2018, p. 199).

Será que nós nos beneficiamos ainda de proteções, de sistemas de limitação e, enfim, de sistemas de derivação? Kahn retorna à ideia de Freud, que pensa que “a cultura permite criar as maiores unidades humanas, reunir” (Kahn, 2018, p.185). Podemos então nos perguntar se não é precisamente o que foi empreendido e esperado com a globalização? Esta reunião não poderia lutar contra a destrutividade, A que se deveria esta hostilidade primária? Ao medo de uma vulnerabilidade original. Ora, este medo seria hoje constante sob a forma da ansiedade diante da aceleração e ilimitação, tendo apagado os limites da potência e da força, aumentando a vulnerabilidade individual.

Os psicanalistas com frequência se mostraram muito críticos em relação a Fromm, que por sua vez, sublinha em várias ocasiões discordar de Freud sobre pontos maiores. Entretanto, parece-nos crucial lembrar o papel decisivo, mas esquecido, das relações entre a psicologia, a fenomenologia e a psicanálise no final do século XIX, como Maria Gyemant salienta muito justamente, sublinhando o interesse de “voltar no tempo e reconstituir o quadro da filosofia psicológica que as nutriu.” (Gyemant, 2021, p.148) Ela lembra assim que ao lado de uma psicologia que exclui o inconsciente e a de Wilhelm Wundt e de Franz Brentano, há aquela de Theodor Lipp, que vai centrar-se no inconsciente e a de Freud, que vai lhe atribuir o lugar que conhecemos: “Lipp é, antes de tudo, um filósofo [...] que se interessa pela cultura humana tomada em seu conjunto, e seu interesse pela psicologia é fundado na convicção que é nas leis psicológicas que encontramos o fundamento de todas as ciências, neurociências e até mesmo a lógica” (Gyemant, 2021, p. 31).

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. (2003). *Éduquer après Auschwitz* (1966). In *Modèles critiques*. Paris: Payot.
- AÏDAN, G. (2022). *La vie psychique, objet du droit*. Paris: CNRS Éditions.
- CASSIRER, E. (1927). *Individu et cosmos*.
- DEWEY, J. (1939). *Freedom and culture*. New York: Henry Holt and Co.
- ELIAS, N. (1991). *La société des individus*. Paris: Fayard.
- FREUD, S. (2010). *Le malaise de la culture* (Original work published 1930). Paris: PUF.

- FREUD, S. (1997). *Le moi et le ça*. In *Essais de psychanalyse* (Original work published 1923). Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- FREUD, S. (2018). *Pulsions et destin des pulsions* (Original work published 1915). Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- FROMM, E. (2010). *La peur de la liberté* (S. Mayol & L. Erhardt, Trans.). Lyon: Parangon.
- GYEMANT, M. (2021). *Husserl et Freud, un héritage commun*. Paris: Classiques Garnier.
- HAROCHE, C., Paiva, R., & Rovai, M. (2023). *A condição miserável: A perda do sentimento de existir*. São Paulo: Editora Unifesp.
- HORKHEIMER, M. (n.d.). *La famille et l'État*.
- KAHN, L. (2018). *Fictions et vérités freudiennes: Entretiens avec M. Einaudeau* (Original work published 2004). Paris: Belles Lettres.
- REICH, W. (1933). *Psychologie de masse du fascisme*.
- WEBER, M. (1995). *Économie et société. Tome 1: Les relations communautaires interethniques* (Original work published 1918–1920). Paris: Plon/Agora.
- WEBER, M. (1964). *L'esprit du capitalisme et l'éthique du protestantisme* (Original work published 1904–1906). Paris: Plon.
- WINNICOTT, D. W. (2002). *Jeu et réalité*. Paris: Gallimard.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/exilium.v5i9.19814>.